

# A POÉTICA DO *ERRO PRÓPRIO* COMO AUTONOMIA E LIBERTAÇÃO EM ANTÓNIO MARIA LISBOA, MÁRIO CESARINY E LUIZ PACHECO<sup>1</sup>

## THE POETICS OF *OWN ERROR* AS AUTONOMY AND LIBERATION IN ANTÓNIO MARIA LISBOA, MÁRIO CESARINY AND LUIZ PACHECO

*Rui Sousa*<sup>2</sup>

---

### RESUMO

Em 1950, António Maria Lisboa fez duas leituras públicas do seu manifesto *Erro Próprio*, um texto no qual convergem as mais importantes teses do seu pensamento crítico. Entre outros assuntos, esse texto propõe um entendimento da condição poética assente na valorização do percurso individual construído a partir da plena afirmação dos erros que inevitavelmente caracterizam todas as experiências, sobretudo aquelas que se afirmam em ruptura relativamente aos padrões estabelecidos pela sociedade. As teses de António Maria Lisboa tiveram grande repercussão no anti-grupo Os Surrealistas, nomeadamente na constituição do conceito de Abjeccionismo. Mário Cesariny e Luiz Pacheco foram dois dos autores que mais dialogaram criticamente com o conteúdo do texto *Erro Próprio*, aproveitando de diferentes modos a associação entre liberdade, autonomia e erro para os seus próprios projectos autorais. Esse texto expõe as principais conclusões teóricas de António Maria Lisboa, apresentando alguns exemplos do diálogo crítico por ele iniciado; desse modo, a questão do *erro próprio* é situada no cerne do percurso entre o Abjeccionismo da década de 40 e o Neo-Abjeccionismo de Luiz Pacheco, na década de 60.

PALAVRAS-CHAVE: *Erro Próprio*. Autonomia. Libertação. Crítica. Abjeccionismo.

## ABSTRACT

In 1950, António Maria Lisboa gave two public readings of his manifesto *Erro Proprio*, a text in which the most important theses of his critical thinking converge. Among other subjects, this text proposes an understanding of the poetic condition based on the valorization of the individual path built from the full affirmation of errors that inevitably characterize all experiences, especially those that claim to break with the standards established by society. António Maria Lisboa's theses had great repercussion in the anti-group Os Surrealistas, namely in the constitution of the concept of Abjectionism. Mário Cesariny and Luiz Pacheco were two of the authors who had the most critical dialogue with the content of the text *Erro Proprio*, reading in different ways the association between freedom, autonomy, and error, and adapting this association to their own authorial projects. This text sets out the main theoretical conclusions of António Maria Lisboa, presenting some examples of the critical dialogue he initiated. In this way, the question of the *own error* is situated at the heart of the path between the Abjectionism of the 40s and the Neo-Abjectionism of Luiz Pacheco, in the 60s.

KEYWORDS: *Own Error*. Autonomy. Liberation. Criticism. Abjectionism.

António Maria Lisboa (1928-1953) foi e continua a ser, apesar da brevidade da sua vida e de ter sido autor de uma obra relativamente curta, um dos expoentes fundamentais de qualquer discussão em torno do Surrealismo português, sobretudo pelo radicalismo da sua proposta de associação entre a condição poética e um entendimento singular do aproveitamento criativo das complexidades da experiência vital. A importância da sua obra exprime-se, por exemplo, nos prolongamentos discursivos que se foram construindo em torno de alguns dos núcleos fundamentais do seu pensamento, verdadeiros pontos de partida para a reflexão de outros poetas e escritores.

O trabalho de recuperação e releitura da obra de António Maria Lisboa adquire espessura particularmente evidente ao nível do contraponto entre aqueles que foram os seus dois primeiros editores: Luiz Pacheco, responsável pela chancela Contraponto, na qual foram publicados alguns dos principais livros associados ao Surrealismo português, entre os quais *Isso Ontem Único* (1953), *A Verticalidade e a Chave* (1956) e *Aviso a Tempo por Causa do Tempo* (1956), de António Maria Lisboa; e Mário Cesariny de Vasconcelos, o responsável pelas primeiras tentativas de apresentação de uma panorâmica da sua poesia, com *Erro próprio [seguido de Operação do Sol e de Alguns Personagens]* (1962), *Poesia* (1962) e, já aproximando-se de uma obra completa, *Poesia de António Maria Lisboa* (1977). Cesariny foi também autor de algumas das principais antologias e reedições de textos associados ao Surrealismo em Portugal, nas quais a personalidade e a obra de António Maria Lisboa se foram convertendo numa espécie de mito colectivo.

*Erro Próprio*, conferência-manifesto lida por Lisboa na Casa da Comarca de Arganil, em 3 de Março de 1950, e no Clube dos Fenianos Portuenses, Porto, a 30 de Março, foi publicada em edição de autor em 1952 (cf. LISBOA, 1977, pp. 389-392). É um dos mais representativos repositórios das suas teses fundamentais e talvez o mais importante ponto de partida para as distintas recepções que Cesariny e Pacheco fizeram das suas considerações. É também um texto importante no processo de apresentação do Abjeccionismo, conceito recorrente no debate em torno da presença surrealista em Portugal, essencial, por exemplo, na compreensão da especificidade portuguesa no quadro da ampla difusão internacional do Surrealismo, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>.

Nesta reflexão, tomarei como ponto de partida o importante manifesto *Erro Próprio*, no qual se encontram patentes as principais teses defendidas por António Maria Lisboa<sup>4</sup>. Serão depois analisadas as repercussões desse documento em *Autoridade e Liberdade São Uma e a Mesma Coisa* (1958), de Mário Cesariny, e em *Convivência e Polémica* (1959) e *O que é o Neo-Abjeccionismo*, (1963), de Luiz Pacheco<sup>5</sup>. Estes textos exprimem diferentes enquadramentos da noção de “erro próprio” proposta por António Maria Lisboa, de modo a delinear uma via poética de afirmação do indivíduo, de acordo com a liberdade de expressão da sua singularidade vital.

O texto de António Maria Lisboa, sobretudo tendo em conta que começou por se tratar de um discurso lido em público, para interlocutores pouco familiarizados com os conceitos defendidos pelo autor, trabalha com grande profundidade os aspectos estruturantes do desencontro entre o poeta e o seu público. Trata-se de uma performance eficaz, como os próprios acontecimentos de 1950 demonstraram, que evidencia a mútua desconfiança entre o tipo de experiência poética convocada no texto e a mundividência vigente contra a qual essa experiência se insurge. A ideia de que existem diferentes escalas de acesso ao conhecimento e de que grande parte da sociedade, incluindo provavelmente os espectadores, não possui as faculdades necessárias para atingir os patamares específicos do olhar poético é a base do contraste proposto.

Assim, ao plano do conhecimento partilhado e socialmente consagrado, acessível a todos, contrapõe-se um outro horizonte de pesquisas que interfere na relação do indivíduo com o mundo circundante e o conduz a um caminho alternativo, focado exclusivamente na exploração dos resultados de um devir pessoal. Desse modo, a definição de uma identidade distintiva conquista-se através de uma permanente e deliberada reacção “contra toda a espécie de influências estranhas e dirigidas contra os nossos desejos e vontade” e, paralelamente, de uma crença profunda na realidade específica do indivíduo, dado que “cada uma das nossas atitudes é uma resposta aos problemas da nossa própria vida” (LISBOA, 1995, p. 26).

Perfeitamente alinhado com outros documentos implicados na configuração doutrinária do Abjeccionismo, o manifesto *Erro Próprio* tem como núcleo fundamental esse desejo de afirmação de um caminho radicalmente individual, desprovido de compromissos de qualquer espécie, tido como expressão exacta do dinamismo da própria vida. Trata-se de uma leitura da condição humana que passa exclusivamente por duas determinações, o plano de imanência comum a todas as manifestações vitais e a experiência individual, no embate entre expectativas e concretizações que aponta para o potencial de erro que todos os percursos acabam por ser:

Nunca o caminho percorrido é o mais acertado logo que reavemos a nossa capacidade de autocrítica e nos imaginamos pelo outro que não percorremos. O percurso que não fizemos é sempre melhor, e o melhor que teríamos feito, só porque se pensa que se se pensasse não se faria. Nós sabemos: somos um erro — mas a consciência disso isola-nos do erro alheio. Qualquer que seja a conduta humana não é falsa nem verdadeira — É (embora se possa pensar e sentir sempre errada) (LISBOA, 1995, p. 27).

Assim, o que permite a valorização da vida individual é a valorização do que nela existe de distintivo e exemplar, marcando um percurso inconfundível, que se define por ser um de outros possíveis, mas ter assumido uma determinada direcção feita de sucessivas hipóteses, nenhuma delas mais verdadeira do que as demais. O conhecimento a que só a condição poética permite aceder encontra-se nesse desdobramento entre a própria vida e a rigorosa apreciação dos acontecimentos que nela se vão dando e que são igualmente abrangidos por um implacável olhar crítico, ferramenta decisiva de um processo de investigação. Esse processo de contacto com a realidade envolvente extrai o sujeito do contacto com o conhecimento acumulado ao longo do tempo e faz de si próprio o observador e a matéria contemplada:

A investigação deste Universo, de que falo, e há tal como o vou descobrindo e não como os outros o encontraram, fá-la-ei como me aprouver, sem ter que dar contas a ninguém, nem pedir licença para o que se possa dizer, pois desde o início é para mim mesmo que afirmo e o que afirmo, antes de mais, para meu uso pessoal (LISBOA, 1995, p. 27).

Na esteira de autores como André Breton, Georges Bataille ou Antonin Artaud, para os quais existe um entendimento específico da liberdade que difere da noção trivial e conduz a uma gradual conquista da libertação, a proposta de António Maria Lisboa aponta para a aquisição de uma vida plena, realizada a partir de um distanciamento produtivo relativamente aos vários códigos que procuram apropriar-se da liberdade, direccionando-a para um determinado projecto ideológico. O grande contraponto delineado no texto é, portanto, entre a sociedade instaurada como realidade burocrática, na qual o poeta é obrigado a existir por deliberações que lhe são alheias e definem apenas o seu ponto de partida, e a sua íntima realidade psicológica, na qual persistem interesses e apelos distintos:

Só existe uma Sociedade quando todos os seus componentes apelam para um único Objecto e, francamente, não é meu o Objecto para que apelam. Não defendo o que para subsistir necessite de toda a espécie de escravatura mental. Eu sei que é precisamente pela contribuição individual que se consegue o Grande Desígnio a que todo o Homem em princípio se propõe: Viver Livre! E a conquista da Liberdade e do Amor são indubitavelmente conquistas individuais e só como indivíduos as podemos fazer. Renunciei a todas as grandes limitações que construídas pelo homem, sufocam o homem. A liberdade do Espírito é incompatível com o seu aprisionamento (LISBOA, 1995, pp. 28-29).

É nesse sentido que António Maria Lisboa se assume como defensor de uma certa tradição de revolta contra a Modernidade europeia, revolta essa que encontrou no Surrealismo um dos seus mais significativos momentos de expressão, mas que ultrapassa as próprias fronteiras programáticas do movimento surrealista para equacionar uma mais ampla e trans-histórica noção de “Surrealidade”. Desse modo, o Surrealismo deixa de ser a designação de um determinado movimento para surgir como sinónimo da Liberdade, sempre que esta precisar de ser reatualizada, e sobretudo como reflexo do movimento do organismo individual no decurso da sua aventura: “A grande força do Surrealismo, força e vitalidade, consiste na sua capacidade de movimento, não de adaptação, mas, sob qualquer aspecto aparente, transformador. E a sua veracidade e resultado depende somente da posição interior que, individualmente, cada um vai tomando, ou tendo, e necessariamente pondo em prática” (LISBOA, 1995, p. 39).

O produtivo diálogo entre Lisboa e Pedro Oom, do qual derivariam as bases fundamentais do Abjeccionismo, começa precisamente nesse trabalho de releitura do Surrealismo. O mote icónico do Abjeccionismo — “O que pode fazer um homem desesperado quando o ar é um vómito e nós seres abjectos?” — sintetiza admiravelmente a consciência da profunda negatividade que rodeia o indivíduo e a necessidade de afirmação face aos diferentes mecanismos de propagação do ar-vómito em que todos vão desesperando. Trata-se de uma profunda interrogação sobre como pode o indivíduo lidar com um mundo opressivo que permanentemente lhe reduz a margem de manobra para a livre expressão:

«Até que ponto pode chegar um homem desesperado quando o ar é um vómito e nós seres abjectos?» — frase que poderemos intitular de central<sup>6</sup>. E esta posição de abjecção, de desespero irresignável, leva-nos à única posição válida: — SOBREVIVER, mas Sobreviver LIVRES, pois não existe sobrevivência na escravatura, mas na não aceitação desta. «Ser Livre» é possuir-se a capacidade de lutar contra as forças que nos contrariam, é não colaborar com elas (LISBOA, 1995, p. 34).

Esta conexão entre liberdade, individualismo e sobrevivência activa às pressões convencionais implica, também, uma compreensão específica do conceito de Crítica, central no pensamento de Lisboa e que no seu vocabulário é descrito do seguinte modo:

acção AGRESSIVA dum indivíduo que se opõe e contrapõe a outro [...]. O Homem só se apresenta válido socialmente quando se afirma em combate a outro, que, em primeira e última análise, é sempre possuidor, como o primeiro, duma «experiência decisiva», «uma experiência de suicídio» que lhe dá bagagem para se afirmar igualmente (LISBOA, 1995, p. 40)<sup>7</sup>.

Conforme Lisboa salienta numa carta dirigida a Henrique Risques Pereira, outro dos poetas associados ao anti-grupo Os Surrealistas, existe uma evidente interação entre o olhar crítico do poeta e a necessidade de transformação da realidade envolvente, mesmo que de acordo com um impulso destrutivo:

Diga-se, apesar disso: — Enriquecimento não no sentido de se construir, mas no de se destruir; precisamente, não me enganei — DESTRUIR. Deixemos a dialéctica no bolso dos fáceis; explica mas não realiza, desvia o conhecimento, contrai. Destruir é construir? engano: destruir é *realizar-se* outro objecto ou noutro mas nunca construí-lo (LISBOA, 1995, p. 303).

Ao contrário do que ocorre em certas etapas da poética surrealista de cunho bretoniano, não se percebe nestas proclamações qualquer vestígio de possibilidade ou mesmo de desejo de ascese poética a um plano hegeliano de pacificação, mas antes a integração do movimento problemático de cada existência numa atmosfera combativa, sempre em reelaboração, transformando-se à medida que se derrubam os precários horizontes conquistados. Assim, se a mundividência dominante produziu uma série de visões de mundo gradualmente ultrapassadas, e que parecem perdurar apenas como manifestações ideológicas que se disputam na tentativa de dominarem os indivíduos e as comunidades, António Maria Lisboa opta por propor um radical individualismo que faz do erro vital o ponto de partida para a construção de alternativas plurais, sempre renovadoras.

É tendo em conta o essencial destas propostas apresentadas em *Erro Próprio* que devem ser lidos os textos de Mário Cesariny e de Luiz Pacheco em apreço neste ensaio. Nos dois casos, trata-se de peças importantes no enquadramento das continuidades e metamorfoses do discurso abjeccionista proposto por Lisboa e Oom, conduzindo-o a novas manifestações ao longo das décadas de 50 e de 60, entre o conceito de “Surreal-Abjeccionismo”, proposto por Cesariny em 1963, na primeira de uma série de importantes antologias por si coordenadas, e a deriva representada pelo “Neo-Abjeccionismo” de Luiz Pacheco. Os dois autores, ainda que por vias muito diferentes e a partir de certo momento adversas, ajudaram a conferir uma plasticidade ao discurso abjeccionista que este de outro modo poderia não ter alcançado<sup>8</sup>.

É, por exemplo, a partir da inquietação abjeccionista que Cesariny comenta com o amigo Cruzeiro Seixas, então em Angola, as circunstâncias em que se deu a fragmentação do grupo Os Surrealistas. O agravamento do ambiente sociopolítico no início da década de 50 deixara os poetas perante

um cenário em que apenas lhes restava serem reduzidos aos “vômitos a que vamos chegando todos”, ficando uns entre a “*vida-esperança-desespero*” de Risques Pereira e do próprio Oom e a “inapetência *para ser feliz*” de Cesariny ou o elevado preço da loucura em que Pacheco parecia ir caindo gradualmente (CESARINY, 2014, pp. 77-86).

O texto *Autoridade e Liberdade São Uma e a Mesma Coisa* (1958), talvez aquele em que a componente doutrinária do Abjeccionismo mais marca presença em Cesariny, estabelece importantes diálogos com os pressupostos de António Maria Lisboa, conforme expostos em *Erro Próprio*. Essa ligação torna-se ainda mais evidente em 1962, quando Cesariny prepara uma reedição do manifesto, acrescentando-lhe os textos em prosa do conjunto *Isto Ontem Único*, “Operação do Sol” e “Alguns Personagens”, e incluindo um “Prefácio” que não é outro senão a reedição do manifesto, “Autoridade e Liberdade São Uma e a Mesma Coisa” (LISBOA, 1962, p. 7-11), com dupla datação: Maio de 1958, momento em que o panfleto primeiro foi distribuído, e Dezembro de 1961, remetendo para a releitura do texto para o novo propósito prefacial<sup>9</sup>. À semelhança do manifesto de António Maria Lisboa, o folheto de Cesariny lida com a necessidade de afirmação polémica de um tipo de liberdade, que parte de uma experiência social comum para se focar na irreduzível singularidade do indivíduo na aquisição de um tipo de “autoridade” sobre a sua vida que não pode ser alienada. O próprio título do texto convoca esse problema, na medida em que produz um certo estranhamento no leitor ao associar conceitos que tradicionalmente se contrapõem, como os de “autoridade” e “liberdade”, através da denúncia de uma determinada forma de os interpretar e da sua substituição por outra que valoriza exclusivamente o indivíduo criador.

Cesariny define o panorama vivido em Portugal como propagação de experiências fragmentárias, truncadas pela dificuldade de o indivíduo se exprimir plenamente, ficando reduzido a um mero simulacro das suas potencialidades:

Viver o fragmento do fragmento tem sido a aspiração de todos nós, portugueses. Já temos o fragmento de editor, o fragmento de autor e o fragmento de biblioteca. [...] Neste fragmento perpétuo, só mais um fragmento podia efectivamente introduzir-se, patentear-se e afirmar: o fragmento de liberdade (CESARINY, 2015, p. 82).

Propõe então algumas hipóteses resultantes da estagnação vivida em Portugal, que se vai prolongando no tempo: “Na hipótese de estar sendo, o fragmento de liberdade será um Organicismo (prof. Gerald Barba)?<sup>10</sup> Uma Inorgânica Superior (António Maria Lisboa)? Um Abjeccionismo (Pedro Oom)? Edições sim mas das baratas a(Mário Henrique Leiria)?” (CESARINY, 2015, pp. 83-84).

Essas opções, remetendo para âmbitos diversos, cada qual com um tipo de pesquisa singular e concordante com as determinações dos respectivos promotores, impõem a oposição entre duas noções de autoridade. Por um lado, a autoridade é descrita como uma ferramenta fundamental no desempenho das instituições destinadas a impor uma ordem rígida e totalitária; por outro lado, a autoridade, numa interpretação original de Cesariny, passa também a relacionar-se com a experiência criadora dos indivíduos autónomos, remetendo para a pertença das manifestações livres de cada um àquele que de facto é o seu autor. Trata-se de uma deriva provocatória ao nível da relação com um certo lugar-comum que se tornara aceite por todos, convertendo a “autoridade” numa manifestação negativa de reacção à liberdade, que deriva de um suposto excesso dessa liberdade: “Com o dito fragmento introduziu-se OUTRO, tipo didáctico, pelo qual o português é convidado a imaginar que o fragmento de liberdade resulta do inchaço da autoridade; e, inversamente: que dum inchaço da liberdade resulta o fragmento da autoridade” (CESARINY, 2015, p. 84).

Cesariny propõe uma alternativa a esse entendimento fazendo com que os dois conceitos se tornem sinónimos e se contraponham mutuamente à opressão representada pela noção de “autoridade” tradicional. Na esteira das propostas de António Maria Lisboa, essa perspectiva estabelece uma relação de mútua oposição entre duas mundividências, a que valoriza a realidade pessoal de cada ser humano, que é sua pertença exclusiva e não pode ser alienada por nenhuma força heterónoma (“Autoridade é do que é autor. [...] / Todo o homem é teatro de uma inexpugnável autoridade”) e a que assenta nas normas do paradigma dominante, cujas instituições consideram “possível autorizar ou desautorizar a autoridade de outrem” (CESARINY, 2015, p. 84), intrometendo-se no âmbito da gestão da vida de cada um.

É nesse momento que se processa o diálogo explícito com *Erro Próprio* e com os termos fundamentais do discurso abjeccionista<sup>11</sup>. No texto de António Maria Lisboa, lê-se a seguinte passagem, já mencionada:

Uma mudança de rumo em TODOS e em TUDO não pode deixar de começar em nós individualmente. «Até que ponto pode chegar um homem desesperado quando o ar é um vômito e nós seres abjectos?» — frase que podemos intitular de central. E esta posição de abjecção, de desespero irremediável, leva-nos à única posição válida: — SOBREVIVER, mas Sobreviver LIVRES, pois não existe sobrevivência na escravatura, mas na não aceitação desta. «Ser Livre» é possuir-se a capacidade de lutar contra as forças que nos contrariam, é não colaborar com elas (LISBOA, 1995, p. 34, maiúscula do autor).

A autoridade definida por Cesariny, equivalendo a esse desejo de começar um movimento libertador a partir do indivíduo e da sua capacidade de resistir autonomamente ao contexto fragmentário no qual se encontra inserido, deriva diretamente desta proclamação:



Ser-se livre é possuir-se a capacidade de lutar contra o que nos oprime. Quanto mais perseguido mais perigoso. Quanto mais livre mais capaz. / Do cadáver dum homem que morre livre pode sair acentuado mau cheiro — nunca sairá um escravo. / Autoridade e liberdade são uma e a mesma coisa (CESARINY, 2015, p. 85).

A identificação agressiva que se estabelece entre o autor e as suas múltiplas afirmações criadoras surge como uma variante possível da resposta ao mote abjeccionista. Adquirindo, na resistência às múltiplas perseguições, a capacidade de se manter livre, pela exploração plena da sua autoridade pessoal, o indivíduo confrontado com um ambiente fragmentário — o ar que é um vômito — responde de acordo com as suas propensões particulares e, desse modo, nunca poderá considerar-se um escravo. O próprio dinamismo de mútua exclusão patente no mote abjeccionista que Lisboa introduz nessa passagem parece ser convocado por Cesariny através da imagem do cadáver em decomposição, derradeiro vestígio de um corpo resistente que responde às abjecções do abuso autoritário com a afirmação vital da resistência e depois com o silencioso resultado de uma abjecção natural.

Essa questão, aliás, adquire especial interesse se lida em diálogo com outra passagem relevante do já referido comentário de Cesariny ao manifesto *Erro Próprio*. Escritas num momento em que Cesariny já se demarcara completamente do Abjeccionismo, essas considerações reagem explicitamente ao mote abjeccionista cunhado por Pedro Oom e recuperado em *Erro Próprio*, discordando da sua tese: “Para mim, hoje como há trinta anos, esta máxima não passa de semínima. É evidente que o homem não é uma flor (o lotus) que se alimenta do lodo e quanto mais lodo ingere mais lotus fica. O contrário será mais verdadeiro: quanto mais infectado mais infeccioso” (LISBOA, 1977, pp. 390-391). É também essa a natureza do corpo agredido pelos excessos autoritários denunciados em *Autoridade e Liberdade [...]*, que começa por ser considerado infeccioso pela sociedade que condena a singularidade e acaba por adquirir o potencial necessário para infectar a sociedade no momento da decomposição.

Luiz Pacheco, por seu lado, recorrerá ao vocabulário de António Maria Lisboa para dar especial importância ao conceito de crítica, no texto *Convivência e Polémica*, folha volante distribuída em 1959. Pacheco converte o contraste entre o ponto de vista dominante e o paradigma da reacção poética (que é também o contraste entre duas ideias de autoridade abordadas por Cesariny) na oposição entre a convivência e a polémica. Pacheco aprofunda as teses defendidas em *Erro Próprio* para defender que, na ausência de qualquer sistema de valores que possa ser considerado absoluto, adquire particular relevo o esforço crítico de valorização cultural do conflito entre os diferentes pontos de vista propostos pelos indivíduos que se afirmam, aceitando para tal assumir os seus erros e correr os riscos inerentes à experiência plena da sua individualidade criadora. É sobretudo aos conceitos de “afirmação” e

de “crítica”, conforme propostos no manifesto *Erro Próprio*, que Pacheco recorre, sobretudo ao definir a figura de Giordano Bruno como exemplo perfeito do tipo de experiência poética descrita por António Maria Lisboa, voltada para a centralidade irredutível da verdade pessoal:

Para Bruno, porém, a verdade só existia enquanto ele se identificasse com ela. Também *a nossa verdade*, isto é, as nossas convicções (éticas, estéticas, políticas, etc.) apenas se podem demonstrar, afirmar, exemplarmente, em actos, tenham eles as consequências que tiverem, sejam eles incômodos, blasfemos, agressivos à verdade dos outros, percutindo-se na crítica e na polémica e individualizando-se nelas. E não esquecendo-nos de nós próprios, quer dizer, submetendo-nos a verdades impostas de fora — ou de cima (PACHECO, 1966, p. 42).

Tal como em *Erro Próprio*, os actos pessoais — que correspondem aos “erros” constitutivos de cada existência divergindo do padrão vigente — são o ponto de partida para um inevitável conflito entre o indivíduo e a sociedade, de acordo com um mútuo desencontro: se por um lado o indivíduo recusa os pilares em que assenta a sociedade organizada, por outro lado é entendido por essa sociedade como uma potencial fonte de desvio e de contaminação.

Pacheco atribuirá à figura de Galileu o estatuto oposto ao de Giordano Bruno, vendo nele a submissão racionalizada que contrasta com a agressiva afirmação individual patente no risco inerente à plenitude da resistência poética. Com efeito, segundo Pacheco, Galileu representa o indivíduo que abdica das verdades pessoais, ciente de que estas podem ser verificadas no futuro e não obrigam a que o indivíduo decida arriscar a própria vida; por seu lado, Bruno possui a exemplaridade daqueles que estão dispostos a sacrificar-se em nome da afirmação plena das suas conclusões pessoais. Tal como em *Erro Próprio*, é à luz das categorias determinadas pelo Abjeccionismo que o problema mais abertamente se descreve:

O chamariz da convivência, quando se nos apresenta imposto ou sugerido por quem mais preocupado parece com o bisturi da crítica construtiva (*construtiva*, digo bem, porque nela se encara a sua fase prévia da denúncia e da destruição), é o corolário natural duma temática de aliciamento e convite ao imobilismo. É um argumento pára-choques, é um salvo-conduto para a abjecção. A convivência, temo-la visto praticada à socapa ou às escâncaras por aqueles mesmos que se mostram mais inconciliáveis nas suas atitudes espectaculares na praça pública, por aqueles mesmos que mais alto vão papagueando doutrinas, que o verdete dos anos implacavelmente se encarrega de colocar no seu verdadeiro plano de táticas domésticas – para obtenção duma sobremesa melhorada (PACHECO, 1966, p. 44).

Num panorama cultural menos previsível, resultante do confronto entre ritmos de afirmação e maturação de pontos de vista alternativos, a convivência deveria naturalmente encaminhar-se no sentido de uma produtiva

polêmica. É nesse sentido que Pacheco convoca uma outra frase icônica de António Maria Lisboa — “A crítica é a razão da nossa permanência” (LISBOA, 1995, p. 54) — sujeitando-a a uma ligeira alteração que a apropria para o seu universo discursivo particular — “A POLÊMICA É A RAZÃO DA NOSSA PERMANÊNCIA” (PACHECO, 1966, p. 47). A polêmica corresponde, portanto, ao espaço crítico essencial à manifestação do tipo de individualismo afirmativo e transformador que António Maria Lisboa propôs no seu texto e que lhe garante o direito a destacar-se dos demais e, nessa medida, a permanecer como uma personalidade exemplar a ter em conta.

O processo de deslocação de aspectos importantes da obra de António Maria Lisboa, de modo a adaptá-los a questões específicas da sua própria obra, torna-se ainda mais evidente em 1963, quando Luiz Pacheco apresenta publicamente o texto “O que é o Neo-Abjeccionismo”, entrando explicitamente no debate em torno da configuração da proposta abjeccionista definida por Lisboa e Pedro Oom. Com efeito, “O que é o Neo-Abjeccionismo” foi produzido propositadamente para a apresentação pública de *Surreal-Abjeccionismo* (1963), antologia com que Cesariny relaciona o conceito de Abjeccionismo com o momento surrealista português e, sobretudo, com o imperativo de conciliação entre representantes de várias correntes estéticas acoissadas pelo regime. É um exemplo perfeito de como Pacheco se propunha introduzir a polêmica agressiva no quadro de um aparente ambiente de convivência. No contexto de uma apresentação pública de um livro destinado a agregar vozes normalmente dissonantes, Pacheco dá a ler — e é Cesariny que o faz, na impossibilidade de o autor estar fisicamente presente — um texto em que é a sua vivência pessoal que amplamente se afirma, em ruptura com todos os movimentos ali representados.

Outra questão importante prende-se com a recuperação de um dos eixos fundamentais da proposta elaborada por António Maria Lisboa, em *Erro Próprio*. A demarcação relativamente ao ponto de vista de Cesariny é também a reafirmação da tese de que a expressão abjeccionista encontra a sua face mais adequada no território da afirmação individualista de uma existência em revolta, recusando qualquer tipo de filiação doutrinária<sup>12</sup>.

Numa das respostas ao inquérito que Fernando Ribeiro de Mello dirigiu a Luiz Pacheco no âmbito da preparação do livro *Textos Malditos*, publicado pela Afrodite em 1977, o responsável pela Contraponto descreveu com grande pormenor as várias transformações do Abjeccionismo, reforçando o momento em que optou por apropriar o conceito para o contexto da libertinagem e da maldição que lhe eram próprios. Pacheco lembra as origens do conceito, aquando do encontro entre António Maria Lisboa e Pedro Oom e da redacção do entretanto perdido *Manifesto Abjeccionista* de Oom, para depois denunciar a linha seguida por Mário Cesariny na antologia *Surreali-Abjeccion(ismo)*, considerada demasiado eclética para respeitar o espírito de Lisboa, e contrapor-lhe a sua intervenção capital:

E foi isso que me meteu raiva e me fez participar no lançamento do livro com um texto, lido por MCV [...] e que intitulei precisamente o que é o neo-abjeccionismo [...]. Porque lhe chamei neo-? Para me opor ou diferenciar, para me distanciar. Talvez, também, para gozar um bocado com a literatice toda (BNP – N85, cx. 4).

O Neo-Abjeccionismo corresponde, deste modo, ao apelo de António Maria Lisboa para a assunção da plenitude criadora individual, expressa nos erros e aporias que caracterizam qualquer existência que parece divergir de um determinado padrão ditado pela sociedade.

Importa, contudo, salientar que nesse texto de algum modo Pacheco adopta processos similares aos que Mário Cesariny utilizou para lidar com a obra de Fernando Pessoa, no livro *Louvor e Simplificação de Álvaro de Campos* (1953). Na verdade, António Maria Lisboa exprimiu a condição poética através de uma complexa problematização de índole antropológica e metafísica, não existindo praticamente nenhuma presença biográfica concreta. Em Pacheco, de um modo radicalmente diferente, empreende-se um radical mergulho nas mais ínfimas etapas do seu percurso, no espaço aparentemente trivial da vida quotidiana. Desse modo, factores muito diversos podem conjugar-se numa vasta panorâmica que envolve a morte de familiares, dramas amorosos, acidentes biográficos pouco comuns, como o desaparecimento dos filhos, e, finalmente, a aparição da figura tutelar que paira em todo o texto, o precocemente desaparecido António Maria Lisboa:

Perdi mãe e perdi pai, que estão no cemitério de Bucelas. Perdi três filhos — a Maria Luísa, o João Miguel, o Fernando António —, que estão vivos, mas me desprezam (e eu dou-lhes razão). Perdi amigos. Perdi o Lisboa; a mulher, a Amada, nunca mais a vi. Perdi os meus livros todos! Perdi muito tempo, já. Se querem saber mais, perdi o gosto da virilidade; se querem saber tudo, perdi a honra. *Roubei*. Sou o que se chama, na mais profunda baixeza da palavra, *um desgraçado*. Sou, e sei que sou (PACHECO, 1998, p. 139).

Pacheco aproxima-se do que em *Erro Próprio* é dito quanto à conversão do olhar autocrítico de cada indivíduo em ponto de partida para um projecto de investigação que faz dos episódios vividos uma espécie de apontamentos disponíveis para a consulta pessoal daquele que os viveu. A afirmação desabrida dos erros próprios, deixando implícitas as expectativas da ordem social que conduziu a alguns dos desfechos verificados, é depois conduzida a um valor muito específico, o facto de poderem ser utilizados como matéria-prima que torna inconfundível o seu universo pessoal.

Trata-se, de acordo com um outro termo importante no vocabulário de Pacheco, de uma questão de exemplaridade, em função da qual a resistência aos valores vigentes se converte numa inalienável potência vital. O modo como exprime as sucessivas perdas que o marcaram, sem as renegar, confunde-se com uma noção de liberdade muito própria: “Mas, alto lá! sou

um tipo livre, intensamente livre, livre até ser *libertino* (que é uma forma real e corporal de liberdade), livre até à *abjecção*, que é o resultado de querer ser livre em português” (PACHECO, 1998, p. 139, sublinhados do autor). Os termos destacados por Pacheco são emblemáticos dos vários sentidos cruzados na sua obra, coligindo a experiência individual, o património profundo que o conceito de libertinagem traz consigo e o contexto sociopolítico português, com aproximações ao que Cesariny propôs em *Autoridade e Liberdade [...]*. A experiência abjeccionista, definida como um veículo para a manutenção da liberdade mental do indivíduo num contexto que procurava impedir as condições para a sua livre manifestação, torna-se, nesta nova versão, numa fonte de legitimação para a conduta radicalmente desviante que se expõe, ao ritmo de sucessivas rupturas, com todas as consequências que delas derivam.

*Erro Próprio* constitui, deste modo, um documento decisivo no modo como o conceito de erro se foi introduzindo no vocabulário dos surrealistas e abjeccionistas portugueses. Sintetizando debates e preocupações dos poetas que num breve período situado entre 1949 e 1953 formaram o anti-grupo Os Surrealistas, o manifesto de António Maria Lisboa propiciou a composição de uma rede de conceitos operativos em torno da recusa de uma determinada visão do erro individual e da consequente afirmação de um outro ponto de vista sobre esses mesmos aspectos da vida tendencialmente votados ao silenciamento e à marginalidade. Na transição entre *Erro Próprio* e os textos de Mário Cesariny e de Luiz Pacheco, que mais adequadamente representam a penetração do vocabulário de António Maria Lisboa nos respectivos projectos autorais, o erro assume-se de diferentes modos como um valor essencial do indivíduo, ao serviço da descoberta exemplar de uma criativa experiência poética da própria vitalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CESARINY, Mário. *A Intervenção Surrealista*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995.

\_\_\_\_\_. *Cartas de Mário Cesariny para Cruzeiro Seixas*. Ed. Perfecto E. Cuadrado, António Gonçalves e Cristina Guerra. Vila Nova de Famalicão: Fundação Cupertino de Miranda, 2014.

\_\_\_\_\_. *As Mãos na Água, a Cabeça no Mar*. 3ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2015.

LISBOA, António Maria. *Erro Próprio; Operação do Sol; Alguns Personagens*. Pref. Mário Cesariny de Vasconcelos. Lisboa: Guimarães Editores, 1962.

\_\_\_\_\_. *Poesia de António Maria Lisboa*. Texto estabelecido por Mário Cesariny de Vasconcelos. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977.

\_\_\_\_\_. *Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995.

PACHECO, Luiz. *Crítica de Circunstância*. Lisboa: Ulisseia, 1966.

\_\_\_\_\_. *Exercícios de Estilo*. 3ª ed. Lisboa: Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mano Forte*. Lisboa: Alexandria, 2002.

SOUSA, Rui. *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português*. Lisboa: Esfera do Caos, 2016.

SOUSA, Rui Daniel do Nascimento e. *Do Libertino: revisões de um conceito através do caso de Luiz Pacheco*. 2019. 382 f. Dissertação (Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura (Estudos Portugueses) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2019.

Recebido para avaliação em 17/10/2022

Aprovado para publicação em 01/12/2022

## NOTAS

1 Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do Projecto UIDP/00077/2020.

2 Rui Sousa (1985) é investigador contratado no CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias. Concluiu mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2009) e doutoramento na mesma universidade em 2019. Publicou o livro *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português* (2016) e tem publicado artigos e capítulos de livros dedicados ao Modernismo e ao Surrealismo em Portugal. Desenvolve neste momento uma investigação sobre as singularidades dos movimentos modernistas no contexto português. Orcid: 0000-0002-2810-0092. Ciência ID: 311A-9133-9C38.

3 Este texto não se propõe explorar demoradamente as várias implicações do conceito de Abjeccionismo. Para o que aqui será discutido, importa salientar apenas algumas noções cronológicas. O conceito começou por ser desenvolvido por António Maria Lisboa e Pedro Oom, marcando presença em alguns dos seus textos programáticos. O termo acabaria por ser associado, quer à expressão das limitações sentidas na recepção do Surrealismo, no contexto do Estado Novo, quer à designação de uma síntese produtiva entre a realidade sociopolítica e cultural especificamente portuguesa e uma certa negatividade filosófica associada a autores divergentes da linha bretoniana do Surrealismo, casos de Georges Bataille ou de Antonin Artaud. Na década de 60, seriam essas as duas tonalidades apresentadas por Cesariny, nas antologias em que sistematizou a sua narrativa dos episódios associados ao momento surrealista português. É também nessa altura que uma nova geração, miticamente associada ao conhecido Café Gelo, recorreu a algumas teses abjeccionistas, relacionando-as com uma nova etapa do regime salazarista, mais agressiva, e com um novo contexto literário e político mundial. São os casos de Ernesto Sampaio e de António José Forte, este último recorrendo ao mote abjeccionista “o que pode fazer um homem desesperado quando o ar é um vômito e nós seres abjectos?” para epígrafe da sua primeira recolha de poemas, *40 noites de Insónia* (1960). É esse o contexto em que Luiz Pacheco desenvolverá o seu Neo-Abjeccionismo, como defenderei neste texto. Para um aprofundamento deste assunto, cf. Sousa (2019, pp. 102-141).

4 A importância do texto pode aferir-se pelas considerações que Mário Cesariny lhe dedica no extenso comentário final à primeira edição da *Poesia de António Maria Lisboa*, de 1977. Cesariny salienta que se trata de uma afirmação única de resistência ao vocabulário político do regime salazarista e enquadra o texto na dinâmica específica do anti-grupo Os Surrealistas, incluindo no que respeita ao Abjeccionismo: “Ordenando e vitalizando preocupações do grupo anti-grupo de 1949-1951 e, mais fundo, as do anterior convívio com Pedro Oom, do qual colhe e leva às últimas consequências a ideia, ou sentido, de abjecção [...]” (LISBOA, 1977, p. 390).

5 Os dois textos surgiram pela primeira vez, respectivamente, como folha volante e como texto para ser lido no lançamento da antologia *Surreal-Abjeccionismo*, de Mário Cesariny. Foram depois recolhidos em volume, o primeiro em *Crítica de Circunstância* (1966) e o segundo em *Exercícios de Estilo* (1971; recorro neste texto à edição de 1998).

6 Esta frase foi glosada por autores tão diversos como Pedro Oom, António Maria Lisboa, António José Forte ou Luiz Pacheco, mesmo que com algumas variações de pormenor. É o caso de uma das últimas frases de *Erro Próprio*, que vai no mesmo sentido: “Espicado perante as cidades um novo dilema se abre: – Como comunicar numa Babilónia que se destrói ao conquistar a ordem e que para o Poeta não tem interesse a sua subsistência?” A conclusão de António Maria Lisboa corresponde precisamente ao tipo de reacção esperada perante a enunciação do mote abjeccionista: “PERGUNTA QUE CADA UM RESOLVERÁ COMO ENTENDER E NA ALTURA PRÓPRIA” (LISBOA, 1995, p. 50, maiúsculas do autor).

7 Na “Carta ao Egito” (1949), Pedro Oom relaciona o Abjeccionismo com a definição de um estado de revolta inerente à condição poética que se aproxima bastante das ideias expostas por António Maria Lisboa: “Sendo um movimento essencialmente individual, que não obedece a modelos alheios do mesmo modo que não pode generalizar-se, o estado de revolta corresponde à transversal recusa e corrosão dos dados estabelecidos comunitariamente, contrastando com a mundividência do que o distingue do homem da técnica é um sentido de não oportunidade, de inoportunidade, que lhe advém de uma clarividência total e duma insubmissão permanente ante os conceitos, as regras e princípios estabelecidos. Com isto não queremos dizer [...] que o poeta seja um louco, um visionário, mas que, se ele tem de possuir uma estética e uma moral é, sem sombra de dúvida, uma estética e uma moral próprias (apud CESARINY, 1997, p. 98).

8 Importa lembrar que, apesar da presença relativamente transversal de um ambiente e mesmo de um vocabulário associáveis à abjecção nos vários autores associados ao Surrealismo em Portugal, a configuração do discurso abjeccionista é um fenómeno específico, associado às figuras tutelares de António Maria Lisboa e de Pedro Oom e com alguns traços de corrente doutrinária autónoma, exprimindo simultaneamente adversidades sociais e políticas de um tempo português muito reconhecível e a integração num território de interrogações filosóficas e antropológicas que bebe na tradição do Alto Romantismo europeu e estabelece diálogos muito relevantes com o Surrealismo e com outros movimentos coevos, nomeadamente o Existencialismo (cf. SOUSA, 2016; SOUSA, 2019).

9 Na nota com que apresenta *Erro Próprio*, no final da edição de 1977, Cesariny esclarece que a passagem do documento entretanto suprimida – além do título, foram retiradas da reedição a dedicatória “Aos Escritores por Causa do que se Lê” e a explícita menção aos destinatários, “Escritores:” – remetia para circunstâncias políticas muito concretas: “insulto ao governo português (Maio de 1958) e ao célebre lema salazarista: liberdade suficiente- -autoridade necessária” (LISBOA, 1977, p. 390).

10 Cesariny refere-se provavelmente a Francisco de Paulo Santos Geraldês Barba, Doutor em Medicina, ligado ao Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa e que em 1952 se tornou docente de Histologia e Embriologia Geral na Faculdade de Medicina de Paraíba. Na Biblioteca Nacional de Portugal, encontram-se alguns livros do autor, incluindo, em 1957, uma *História do Conhecimento em Biologia*, talvez a base para o “organicismo” que Cesariny lhe associa.

11 É o próprio Cesariny que integra *Erro Próprio* num conjunto de produções devedoras do momento abjeccionista: “Pedro Oom [...] Escreve um manifesto «abjeccionista» que entretanto se perdeu (como a quase totalidade dos seus poemas desta época) [...]. Da sua intensa actividade poética nesta época e dos textos chegados até hoje restam os poemas «O Sonhador Especializado», «Um Ontem Cão», os poemas de A Afixação Proibida e alguns, escassos, inéditos. No entanto, muitas das mais importantes posições assumidas por António Maria Lisboa no manifesto «Erro Próprio» resultam do convívio com Pedro Oom” (CESARINY, 1997, p. 62).

12 O projecto neo-abjeccionista começara a ser delineado pelo menos desde os últimos meses do ano de 1961, conforme pode ler-se numa carta de Pacheco a António José Forte, datada de Dezembro, na qual, ao mesmo tempo que se equaciona um dos muitos projectos colectivos intentados ao longo da década de 60, emerge a originalidade de um projecto pessoal que lhe permite ombrear com os seus companheiros de geração: “Num 1º sumário teríamos: Cesariny (se ele quiser, claro, tenho cá um texto bom), tu, Vergílio Martinho, Salazar Sampaio (?), o Rodrigues, o Ernesto Sampaio (?) – e quem mais? Eu acabei ontem o 1º texto neo-abjeccionista português: chama-se O Teodolito e é obsceno. [...] Estou a acabar o 2º texto neo-abjeccionista português (também obsceno), intitulado “A Mulher dos Meus Sonhos” (PACHECO, 2002, p. 46).